

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA BRASILEIRA AOS ESTUDOS SOBRE POVOS INDÍGENAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Isabella Tormena Ferraz (Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Psicologia); Eliane Domingues (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá).

contato: ferraz.isabella2@gmail.com

Palavras-chave: Psicologia. Brasil. Indígena.

Estima-se que no Brasil viviam cerca de 6 milhões de indígenas quando os europeus aqui chegaram no século XV, número este que pode ser comparado a dados atuais do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) em que do total da população atual brasileira 0,4% desta é composta por povos indígenas o que corresponde a 896.917 brasileiros, de 235 etnias e que falam mais de 150 diferentes línguas.

Ao realizar a comparação dos dados apresentados é clara a ideia de que no decorrer dos anos após o início da colonização estes povos indígenas sofreram diversos tipos de violência, opressão e dominação, o que levou a uma redução considerável no número de indivíduos pertencentes a estas populações, que mesmo dizimadas nunca se extinguíram por completo. Ao buscar informações sobre os índios na historiografia oficial brasileira foi observado que estas foram completamente esquecidas, de modo que são poucos os resultados encontrados, o que confere aos indígenas uma característica de invisibilidade diante da história do Brasil.

De acordo com Monteiro (2001), a história indígena da América Espanhola conta com relatos de testemunhos nativos e manuscritos que são de grande importância ao contribuir na compreensão desta, já na América Portuguesa este fator não foi observado. Como explicação para isso o autor compreende que esse fato decorre principalmente pela resistência dos historiadores em abordarem esta temática, uma vez que era pensada como uma alçada exclusiva de estudos antropológicos. Consequente a essa negligência, Monteiro (2001) demarca que a historiografia indígena no Brasil começa a ser construída de maneira mais consistente em meados do século XIX.

Em sua tese Monteiro (2001) apresenta que ao estudar as primeiras publicações sobre a história do Brasil em que os povos indígenas aparecem, estes são compreendidos como

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

povos destinados à extinção, de modo que o autor ainda salienta um intenso debate que atravessou o século XIX entre aqueles que defendiam a extinção e os que defendiam a civilização e assimilação destes povos. Embora já se tenha passado dois séculos desde estas discussões, ainda é recente que prevaleçam entre os historiadores duas posições acerca das populações indígenas: que os índios não são atores históricos e que estão em vias de desaparecimento.

Segundo Pinheiro e Frota (2009) é frequente ao imaginário nacional pensar o índio como aquele do tempo colonial tendendo a imaginar que ainda hoje este deve manter as características e especificidades que existiam naquela época, ignorando as mudanças desenvolvidas nesse tempo. O resultado desse pensamento é de que, uma vez que não se encontra mais o índio correspondente a essa ideia pré-estabelecida, os mesmos desapareceram ou estão em via disso, de modo que se ignora o movimento e transformações decorridas socio-historicamente. De acordo com as autoras a permanência desta figura no imaginário da maioria das pessoas é consequência, em parte, da educação escolar e da forma como a participação indígena é compreendida historicamente.

Em contrapartida a essas questões levantadas, Monteiro (2001) salienta o movimento deste quadro já descrito, uma vez que novos rumos estão sendo demarcados para a história indígena, a começar pela reivindicação dos direitos destas populações que passa a emergir a partir da década de 70. Além disso, segundo Pagliaro et al (2005) parece estar havendo uma política de recuperação destes povos, que envolve uma maior atenção direcionada a eles e que, baseada em estimativas feitas por estudiosos de diferentes áreas, demonstram um considerável crescimento dentre essas populações.

A situação dos indígenas hoje é marcada pela conquista de alguns direitos e pela visibilidade que está alcançando diante da população brasileira, que pode ser percebida com criação da Fundação Nacional do Índio, primeiro órgão vinculado ao Ministério da Justiça e responsável por políticas indigenistas, que surgiu pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. No que diz respeito à Psicologia brasileira, mais recente ainda é seu olhar sobre os povos indígenas. Um marco da sua aproximação com os indígenas foi a realização pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2004, do *Seminário Subjetividade e Povos Indígenas* com o objetivo de “contribuir no resgate da dívida histórica que a Psicologia

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

*possui com os povos indígenas em nosso país” e a publicação do livro *Psicologia e Povos Indígenas*, pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em 2010.*

Diante deste contexto brevemente esboçado, o objetivo aqui proposto é levantar qual a contribuição da Psicologia aos estudos de povos indígenas no Brasil. Este estudo tem caráter exploratório e limita-se a análise crítica de artigos sobre indígenas publicados em periódicos científicos da área da Psicologia e que estejam disponibilizados nas bibliotecas virtuais: PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e (SciELO Scientific Electronic Library Online).

Foram encontrados um total de vinte e seis artigos em dezesseis periódicos. Uma análise inicial do material encontrado mostra que o número de artigos sobre povos indígenas na Psicologia vem aumentando nos últimos anos. As temáticas abordadas nos artigos são variadas, sendo as que mais apareceram foram: educação (quatro artigos), representações sociais dos indígenas (três artigos), saúde (dois artigos) alcoolismo (dois artigos), comparações entre grupos indígenas e não indígenas (dois artigos), relação estudantes/equipe de saúde e indígenas (dois artigos). Vinte artigos estão baseados em estudos empíricos ou relatos de experiência. Entre os estudos empíricos, os métodos mais utilizados foram entrevistas (cinco artigos) e entrevistas combinadas com outros métodos (cinco artigos).

De uma forma geral os artigos se caracterizam por não possuírem em sua estrutura um referencial teórico bem definido e pela ausência de obras de referência da área da Psicologia, de modo que é possível perceber que há mais contribuições da antropologia e ciências sociais para a construção destes artigos. Essa característica demarcada indica que este é ainda um campo pouco explorado pela Psicologia no Brasil.

Referências

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: < www.ibge.gov.br/catálogos/indicadores >. Acesso em: jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

CRPSP. **Psicologia e Povos Indígenas**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª região, São Paulo: CRPSP, 2010, 250 p.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese de livre-docência na área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia da UNICAMP, 2001.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

PINHEIRO, S. L.; FROTA, A. M. M. C. Uma compreensão da infância dos índios Jenipapo-Kanindé a partir deles mesmos: um olhar fenomenológico, através de narrativas e desenhos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. vol.9, no.3, 2009. Disponível em:

< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808>. Acesso em: 13 mar. 2013.

SILVA JUNIOR, G. A. Educação inclusiva e diferenciada indígena. **Psicologia, Ciência e Profissão**. vol.20, n.1, pp. 40-49, 2000. Disponível em:

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid>. Acesso em: 13 mar. 2013.